



CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

ATOS, RESOLUÇÕES E OUTROS EXPEDIENTES

PROVIMENTO Nº 01/2020/CGJCE

Estabelece os critérios e define o procedimento da Inspeção Judicial Anual a ser adotado no âmbito do Primeiro Grau de Jurisdição do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, e regulamenta as disposições pertinentes.

O **DESEMBARGADOR TEODORO SILVA SANTOS**, Corregedor-Geral da Justiça do Estado do Ceará, no uso de suas atribuições institucionais, legais e regimentais;

CONSIDERANDO que a Corregedoria-Geral da Justiça é órgão de fiscalização, disciplina e de orientação, com jurisdição em todo o Estado do Ceará, nos termos do art. 39, da Lei nº 16.397, Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado do Ceará, de 14 de novembro de 2017, e do art. 13, Regimento Interno da Corregedoria-Geral da Justiça do Ceará;

CONSIDERANDO que as inspeções judiciais são instrumentos necessários e eficazes para a fiscalização e controle das atividades administrativas e judicantes realizadas pelas unidades judiciais de primeira instância, principalmente, quando efetivadas periodicamente;

CONSIDERANDO que constitui dever de todos os magistrados, dentre outros, diligenciar para que os atos processuais se realizem nos prazos legais e, ainda, exercer a assídua fiscalização dos subordinados (art. 35, III e VII, LC nº 35/1979 - LOMAN);

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer uma disciplina geral, regida por normas objetivas e critérios seguros, de maneira a ensejar a unificação da normatividade reitora das atividades inspeccionais, a partir de uma metodologia única, pública, prévia, objetiva e impessoal, para a condução dos respectivos trabalhos, em franco compasso com as diretivas traçadas pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ;

RESOLVE:

Art. 1º - Instituir novo **Formulário Eletrônico Padronizado** como único documento apto ao abastecimento das informações advindas da inspeção, bem como dos dados considerados mais relevantes aos fins específicos do procedimento.

§1º - O preenchimento do formulário referido no *caput* deverá ser realizado em duas etapas distintas, a saber:

- a) **Diagnóstico da Unidade (Parte I)** – ao tempo da inspeção, conforme portaria específica;
- b) **Apuração dos Resultados (Parte II)** – 60 (sessenta) dias após o término dos trabalhos inspeccionais.

§2º - O uso da ferramenta não impede a fiscalização de outros parâmetros que, a princípio, não foram contemplados no modelo padrão e tampouco obsta a multiplicidade de demais ações porventura necessárias à finalização do procedimento.

§3º - O exemplar do documento virtual encontra-se no Anexo I, parte integrante deste normativo, e está acessível na intranet, no sítio deste Tribunal, vinculado à página da Corregedoria-Geral da Justiça.

Art. 2º - Estabelecer que a primeira parte (Diagnóstico da Unidade) da Inspeção Judicial Ordinária Anual deverá ocorrer, impreterivelmente, no período de **01 de fevereiro a 30 de setembro** do ano de referência, pelo que deve ser realizada pelo Magistrado de Primeira Instância no exercício da função de Corregedor Permanente dos serviços que lhes são afetos.

§1º - O procedimento referido no *caput* não poderá ultrapassar o prazo de 15 (quinze) dias **contínuos** de duração.

§2º - A incumbência deve ser cumprida independente da condição da titularidade, da respondência ou do auxílio.

Art. 3º - O procedimento inspeccional iniciar-se-á através da publicação da Portaria regente no Diário da Justiça Eletrônico – Dje, dela constando o dia e a hora para a realização dos trabalhos e, após a ampla divulgação à comunidade, dar-se-á imediata ciência à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), ao Ministério Público e à Defensoria Pública Estadual.

Parágrafo único - Deve, ainda, ser afixada uma cópia do respectivo ato inaugural no quadro de avisos do Fórum local.

Art. 4º - No decorrer do procedimento, é vedado suspender o decurso dos prazos processuais, bem como paralisar a distribuição dos novos feitos, assegurada a realização das audiências antes designadas e preservado o regular atendimento às partes e advogados.

Art. 5º - Preferencialmente, os trabalhos deverão abarcar a totalidade dos processos, bem como das medidas atinentes ao cumprimento das sentenças, decisões e despachos proferidos e ainda incluir a completude dos atos ordinatórios praticados pelos servidores designados para tanto.

Parágrafo único - Excepcionalmente, facultar-se-á o exame por amostragem, desde que garantida à análise do percentual mínimo do acervo, com a incidência obrigatória tanto dos processos com prioridade legal, como daqueles gravados com o imperativo de análise compulsória.

Art. 6º - Impreterivelmente, devem ser vistos, em regime de inspeção, dentre outros, os seguintes indicadores:

I - todos os processos em trâmite na Vara e o cumprimento dos respectivos atos judiciais, ressalvado do exame por amostragem;



II - os bens que formam o patrimônio público da unidade;

III - a evolução do andamento processual dos feitos nos quais foram detectadas irregularidades ou desajustes em outras inspeções, realizadas pela própria Unidade ou pela Corregedoria-Geral de Justiça, e bem assim naqueles eventualmente incluídos no “Sistema Justiça Plena”, sob o crivo do Conselho Nacional de Justiça - CNJ;

IV - as petições ainda pendentes;

V - relação da carga e da vista dos autos;

VI - a alimentação dos dados e informações em todos os sistemas e cadastros, de utilização obrigatória, instituídos pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, pela Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Ceará, pelo Conselho Nacional de Justiça e pela Corregedoria Nacional de Justiça, que sejam vinculados às competências privativas da Vara;

VII - a correta destinação jurídica dos bens apreendidos, armas, munições e acessórios;

VIII - as iniciativas relevantes ao controle e correto impulsionamento dos feitos.

Parágrafo único - O juiz decidirá acerca da incidência ou não da inspeção sobre os processos sobrestados ou suspensos, de modo que, na última hipótese, compete ao Supervisor de Vara confeccionar Certidão donde se deve consignar, expressamente, a observância à fruição do prazo.

Art. 7º - O Juiz deverá dedicar especial atenção à análise dos dados estatísticos do acervo, **a partir dos relatórios extraídos, preferencialmente, do Sistema de Estatística e Informações (SEI), bem como** dos sistemas de movimentação processual internos, com foco crítico e comparativo do fluxo e da produtividade, bem como divisar o estágio de cumprimento das Metas Nacionais institucionalizadas.

Art. 8º - A inspeção anual veiculada por amostragem, quando conveniente ao juízo, nos moldes previstos no parágrafo único do art. 5º deste normativo deverá contemplar de forma cumulativa as diretrizes traçadas a seguir:

I - Recair sobre o acervo (pendentes de baixa) apontado no Painel de Desempenho de cada Unidade Judicial, conforme dados disponibilizados no Sistema de Estatística e Informações (SEI), nos percentuais mínimos abaixo indicados (**excluídos os inquéritos policiais, cartas precatórias, rogatórias, de ordem, notificações e interpelações, bem como os processos suspensos e sobrestados**);

a) 20% dos processos nas unidades judiciárias com acervo de até 1500 feitos;

b) 15% dos processos nas unidades judiciárias com acervo entre 1501 e 5000 feitos;

c) 10% dos processos nas unidades judiciárias com acervo superior a 5000 feitos;

II - Abranger a análise de todos os processos com prioridade de tramitação estabelecida em lei ou fixada, na órbita administrativa, pelo Egrégio Tribunal de Justiça, pela Corregedoria-Geral da Justiça, pelo Conselho Nacional de Justiça e/ou pela Corregedoria Nacional de Justiça, além do exame dos autos de verificação obrigatória, e

III - Sujeitar ao crivo inspeccional os demais itens explicitados nos incisos II a VIII do art. 6º deste normativo.

Art. 9º - Consideram-se de verificação obrigatória os autos listados abaixo:

I - os Processos Criminais com réus presos;

II - as ações de apuração de atos infracionais com jovem apreendido;

III - as demandas sujeitas à competência da Infância e Juventude em que haja criança e adolescente abrigados;

IV - os processos sujeitos ao Sistema Justiça Plena e às Metas 2, 4 e 6, dentre outras possivelmente fixadas pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ;

V - os processos pendentes da expedição de alvarás, RPV (Requisição de Pequeno Valor) e Precatórios;

VI - todas as ações que estejam no aguardo da devolução de Carta Precatória e resposta a ofício enviado;

VII - os feitos a serem remetidos ao egrégio Tribunal de Justiça ou à Turma Recursal;

VIII - as cartas precatórias e de ordem (cíveis, execução fiscal e penais);

IX - as ações com pedido de tutela de urgência ainda não apreciado e

X - os processos paralisados há mais de 100 (cem) dias.

Art. 10º - Deverão ainda ser informados os aspectos referentes às condições de acessibilidade e segurança das dependências do lugar que comporta o funcionamento da unidade judiciária.

Art. 11 - Durante a inspeção o juiz deverá também atentar para o aspecto do desempenho funcional dos servidores da Vara, especialmente, ao quesito do cumprimento das suas amplas atribuições, bem como eventuais determinações constantes de provimentos e relatórios emitidos em decorrência de inspeções e correções progressas, além da regularidade dos serviços administrativos pertinentes ao funcionamento do órgão e à conservação do patrimônio público.

Art. 12 - Após o preenchimento da segunda parte do Formulário Eletrônico, nos termos do §1º, alínea b, do art. 1º desta norma, o magistrado competente deverá, no **prazo máximo de 15 (quinze) dias**, encaminhar, através de processo protocolado no sistema CPA (Assunto: 5284 – Inspeção Judicial Ordinária), ofício direcionado ao Corregedor-Geral da Justiça, comunicando que se desvinculou do encargo, anexando os seguintes documentos:

I - Portaria que instituiu a inspeção judicial anual;

II - Relatório Final Completo (Parte I e II) devidamente preenchido e assinado pelo magistrado competente, gerado a partir do Formulário Eletrônico padronizado, contendo, especificadas e objetivamente, as ocorrências da inspeção e o apontamento das irregularidades encontradas, as providências adotadas para sua correção e as sugestões quanto às medidas necessárias que ultrapassem a sua competência.

Art. 13 - A informação do cumprimento ou não das determinações constantes do presente provimento, na forma e prazos ora estabelecidos, **passará a integrar, expressamente, as certidões emitidas por esta Casa Censora, para fins de promoção, remoção ou acesso.**

Art. 14 - O Formulário Eletrônico Padronizado em comento estará disponível a partir do dia 14 de fevereiro de 2020.

Art. 15 - As eventuais dúvidas e os casos omissos serão resolvidos pela Corregedoria-Geral da Justiça.

Art. 16 - Este Provimento entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Provimento nº 17/2018/CGJCE.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Gabinete do Corregedor-Geral de Justiça, em Fortaleza, 29 de janeiro de 2020.

**DESEMBARGADOR TEODORO SILVA SANTOS
CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**

*** REPUBLICADA POR INCORREÇÃO**



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA**

**ANEXO I – PROVIMENTO Nº 01/2020/CGJCE
RELATÓRIO DE INSPEÇÃO JUDICIAL**

ANO	
------------	--

DA UNIDADE JUDICIÁRIA	
Comarca/Juízo:	
Unidade Judiciária:	
Competências:	

DA INSPEÇÃO	
Número da Portaria:	
Data de Publicação da Portaria:	
Data da Abertura da Inspeção	
Data de Encerramento da Inspeção:	
Observações:	

DO(A) MAGISTRADO(A)					
Nome:				Matrícula:	
Data do Exercício:	Tipo de Exercício:		<input type="checkbox"/> Titular <input type="checkbox"/> Auxiliar <input type="checkbox"/> Responsidência		
Exercício Cumulativo?	Em caso afirmativo, quais as comarcas/varas em que possui exercício cumulativo?				
<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não					
Tempo na Comarca: ____ ano(s) e ____ mês (es)					
Exerce a função de Diretor do Foro?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não	Exerce atualmente a função de Juiz Eleitoral?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não
O juiz exerce atividade de magistério?			<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		
Caso o magistrado(a) exerça atividades de magistério, responder as questões abaixo:					
Instituição:					
Turno:	<input type="checkbox"/> Manhã <input type="checkbox"/> Tarde <input type="checkbox"/> Noite				
Dias:	<input type="checkbox"/> Segunda <input type="checkbox"/> Terça <input type="checkbox"/> Quarta <input type="checkbox"/> Quinta <input type="checkbox"/> Sexta <input type="checkbox"/> Sábado <input type="checkbox"/> Domingo				
Há outro Juiz na Vara?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não				



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA**

Caso exista outro magistrado na unidade judicial, responder a seção abaixo:			
OUTRO (A) MAGISTRADO(A)			
Nome:			Matrícula:
Data do Exercício:	Tipo de Exercício: <input type="checkbox"/> Titular <input type="checkbox"/> Respondência <input type="checkbox"/> Auxiliar <input type="checkbox"/> Auxiliar Exclusivo		
Exercício Cumulativo?	Em caso afirmativo, quais as comarcas/varas em que possui exercício cumulativo?		
<input type="checkbox"/> Sim () <input type="checkbox"/> Não ()			

DO (A) SUPERVISOR (A) DA UNIDADE JUDICIAL			
Nome:		Matrícula:	
Data de exercício:	Servidor Efetivo? <input type="checkbox"/> Sim () <input type="checkbox"/> Não ()		
Observações:			

DO (A) ASSISTENTE DE UNIDADE JUDICIAL			
Nome:		Matrícula:	
Data de exercício:	Servidor Efetivo? <input type="checkbox"/> Sim () <input type="checkbox"/> Não ()		
Observações:			

DO QUADRO DE PESSOAL			
Quantidade de Servidores Efetivos:		Lotação Paradigma da unidade:	
<input type="checkbox"/> Analista Judiciário <input type="checkbox"/> Técnico/ Auxiliar Judiciário <input type="checkbox"/> Oficial de Justiça <input type="checkbox"/> Outros			
Terceirizado	<input type="checkbox"/> Sim () <input type="checkbox"/> Não ()	Quantos?	
Servidor cedido	<input type="checkbox"/> Sim () <input type="checkbox"/> Não ()	Quantos?	
Indicar a esfera pública a que pertence o servidor cedido	<input type="checkbox"/> Municipal () <input type="checkbox"/> Estadual () <input type="checkbox"/> Federal ()		
Há convênio vigente com Órgão Público para cessão de servidores?		<input type="checkbox"/> Sim () <input type="checkbox"/> Não ()	
Relacionar todos os servidores cedidos (caso possua):			
Nome:		Cargo:	



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA**

PARTE I - DIAGNÓSTICO

DO ACERVO PROCESSUAL

1	Quantidade de processos em tramitação (Pendente de Baixa):	
	Observações:	
2	Quantidade de processos inspecionados:	
	Observações:	
3	Quantidade de processos julgados no ano	
	Observações:	
4	Quantidade de processos suspensos	
	Observações:	
5	Quantidade de processos conclusos para Sentença	
	Relacione os 10 (dez) processos mais antigos:	Assinale prazo razoável para julgamento:
	Data da Conclusão	
6	Quantidade de processos paralisados há mais de 100 (cem) dias:	
	Observações:	
7	Quantidade de cartas precatórias, rogatória ou de ordem pendentes de cumprimento	
	Até 30 dias:	
	Mais de 30 dias:	
8	Quantidade de processos em tramitação de réus presos?	
9	Relacione os 10 processos mais antigos da unidade*	
	Nº do processo:	Data da distribuição:



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA**

DAS AUDIÊNCIAS

10	Quantidade de processos aguardando designação de audiências	
Providências adotadas:		

DO RECOLHIMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS

11	Relacione os 10 processos em que foi realizada a cobrança das custas finais conforme Portaria Conjunta nº 2076/2018.
-----------	--

DAS METAS ESTABELECIDAS

12	Das metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ
-----------	---

Taxa de Congestionamento	Percentual atingido	
Meta 01/CNJ	Percentual atingido	

		Inaplicável
Meta 02/CNJ	Total de processo	()
	Total de processos a serem julgados até dezembro para atingir a meta*	
Meta 04/CNJ	Total de processos	()
Meta 06/CNJ	Total de processos	()
Meta 07/CNJ	Total de processos	()
Meta 08/CNJ	Total de processos	()

***Total de processos a serem julgados até dezembro para atingir a meta = Total de processos da meta na unidade - (20% do total de processos da meta em janeiro do corrente ano).**

DA UNIDADE JUDICIAL

Há condições de Acessibilidade nos termos da Resolução nº 230/2016 do Conselho Nacional de Justiça?	Sim ()	Não ()
Há vigilância 24h presencial ou remota?	Sim ()	Não ()
Há bens móveis sem a devida identificação de patrimônio (número tombo)?	Sim ()	Não ()



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA**

Há bens inservíveis, assim considerados aqueles ociosos, obsoletos, antieconômicos ou irre recuperáveis?	Sim ()	Não ()
--	------------	------------

DAS ARMAS E BENS RECOLHIDOS/APREENDIDOS

Há bens apreendidos com valor acima de 1 (um) salário-mínimo na unidade judiciária?	Sim()	Não ()
Descrição dos veículos/motos	Número do processo	

DAS VIDEOCONFERÊNCIAS

Total de audiências realizadas por videoconferência nos últimos 12 meses? () Nenhuma	_____	Inaplicável ()
--	-------	--------------------

**DA ALIMENTAÇÃO DE INFORMAÇÕES NOS
SISTEMAS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ**

Competências	Sistemas	Data da última informação prestada	Inaplicável
Competência em Cível e Juizado Especial Cível	Cadastro Notas Técnicas (e-natjus) – Res. 107/2010		
	Assistência à Saúde (R107) – Res. 107/2010		
Competência Criminal	Banco Nacional de Monitoramento de Prisão 2.0 (BNMP 2.0)		
	Sistema Nacional de Bens Apreendidos (SNBA) – Res. 63/2008		
	Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que implique Inelegibilidade (CNCIAI) - Res. 172/2013		
	Sistema de Audiência de Custódia (SISTAC) – Res.. 213/2015		
	Sistema Nacional de Videoconferência (VC) – Res. 105/2010		
	Sistema Nacional de Controle de Interceptações (SNCI) – Res. 207/2016		



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA**

Competência em Juizado Especial Criminal	Sistema Nacional de Bens Apreendidos (SNBA) – Res. 63/2008		
Competência em Infância e Juventude	Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA)		
	Cadastro Nacional de Adolescentes em Conflito com a Lei (CNAACL_NOVO)		
	Cadastro Nacional de Inspeções em Unidades e Internação e Semiliberdade (CNIUIS) – Res. 77/2009		
Competência em Execuções Penais	Cadastro Nacional de Inspeções em Estabelecimentos Penais (CNIIEP) – Res. 47/2007)		
	Sistema Mutirão Carcerário (SMC) – Lei nº 12106/2009		
	Banco Nacional de Monitoramento de Prisão 2.0 (BNMP 2.0)		
Competência em Fazenda Pública	Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que implique Inelegibilidade (CNCIAI) - Res. 172/2013		
Comum a todas as competências	Justiça Plena		
	Sistema Nacional de Bens Apreendidos (SNBA) – Res. 63/2008		

DAS MENSAGENS NO SISTEMA HERMES – MALOTE DIGITAL

Quantidade de documentos não lidos no Malote Digital da unidade judiciária?	
Data da mensagem mais antiga no Malote Digital da Unidade judiciária	___/___/___
Justificativa:	

DO ACESSO DO MAGISTRADO NAS FERRAMENTAS ELETRÔNICAS

O Magistrado possui senha de acesso ativa para as seguintes ferramentas eletrônicas?	Sim	Não
Sistemas Hermes – Malote Digital		
Sistema de Automação Judicial Administrativo (SAJADM)		
Sistema de Restrições Judiciais de Veículos Automotores (RENAJUD)		
Sistema de Envio de Ordens Judiciais ao Sistema Financeiro Nacional (BACENJUD)		



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA**

Informações ao Judiciário (INFOJUD)		
Sistema de cadastramento de Ofícios Requisitórios e Cálculos Judiciais de Precatórios (SAPRE)		
Coletor Estatístico Pai Presente (CEPP)		
Sistema Eletrônico de Execução Unificada (SEEU)		
Sistema de Informações Eleitorais (SIEL)		
Sistema Integrado de Atualização da Situação do Eleitor (PÓLIS)		
Sistema de Controle de Selos Judiciais (SELOJUD)		
Sistema de Buscas de Juizados Especiais (SBJE)		
Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis (SREI)		
SerasaJUD		

PARTE II – APURAÇÃO DOS RESULTADOS

Responder as perguntas que se seguem 60 dias após o término dos trabalhos inspeccionais.

1	Quantidade de Processos Paralisados há mais de 100 dias	
2	Quantidade de Processos Concluídos para Sentença	
3	Quantidade de Processos Julgados no ano	
4	Quantidade de Processos com Réu Preso	

5	Relacione os 10 processos mais antigos da unidade*	
	Nº do processo:	Data da distribuição:

6	Das metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ
----------	---

Taxa de Congestionamento	Percentual atingido	
Meta 01/CNJ	Percentual atingido	

			Inaplicável
Meta 02/CNJ	Total de processo		()
Meta 04/CNJ	Total de processos		()
Meta 06/CNJ	Total de processos		()
Meta 07/CNJ	Total de processos		()
Meta 08/CNJ	Total de processos		()



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA**

7	Quais as providências adotadas quanto a destinação dos bens apreendidos (Provimento nº 09/2017/CGJ/CE)	Inaplicável ()
---	---	--------------------

DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS
